

ATA NÚMERO 141/XII/2ª SL

16.julho.2013 – 15h00

Aos 16 dias do mês de julho de 2013, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 10, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação de ata

3. Comunicações do Presidente

4. Petição n.º 275/XII/2.ª da iniciativa de Bruno Reis, “Pela justiça, pela legalidade e transparência na contratação dos professores”

- **Audição dos peticionários**
- **Deputado relator: (PSD)**

5. Petição n.º 259/XII/2.ª da iniciativa de Ivo Miguel Barroso Pêgo e Madalena Filipa Cerqueira Afonso Homem Cardoso “Pela desvinculação de Portugal ao “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” de 1990

- **Apreciação e votação do parecer**
- **Deputado relator: Michael Seufert (CDS-PP)**

6. Projeto de Resolução n.º 751/XII/2.ª (BE) Recomenda ao Governo que garanta as necessidades permanentes de professores nos estabelecimentos públicos de ensino artístico especializado da música e da dança.

- **Discussão**

7. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição da Secretária de Estado da Ciência, sobre a redução do financiamento à Fundação para a Ciência e Tecnologia.

- **Análise e votação**

8. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição do Reitor da Universidade dos Açores, no âmbito da situação de colapso da instituição.

- **Análise e votação**

9. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para discussão na Comissão da Apreciação Parlamentar n.º 45 /XII/2.ª (PS).

- **Apreciação e votação**

10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para discussão na Comissão da Apreciação Parlamentar n.º 55/XII/2.ª (PCP).

- **Apreciação e votação**

11. Relatório de atividades do GT/Acordo Ortográfico

- **Análise e votação**

12. Plano de atividades do GT/Currículos dos Ensinos Básico e Secundário para a 3.^a Sessão Legislativa

- **Análise e votação**

13. Relatório de atividades do GT/Desporto e plano de atividades para a 3.^a Sessão Legislativa

- **Análise e votação**

14. Relatório de atividades do GT/Educação Especial e plano de atividades para a 3.^a Sessão Legislativa

- **Análise e votação**

15. Relatório de atividades do GT/Parlamento dos Jovens e plano de atividades para a 3.^a Sessão Legislativa

- **Análise e votação**

16. Proposta de Protocolo de Cooperação da Assembleia da República com as entidades parceiras no programa Parlamento dos Jovens

- **Análise e votação**

17. Relatório de atividades do Relator/Avaliação Tecnológica Parlamentar e plano de atividades para a 3.^a Sessão Legislativa

- **Análise e votação**

18. Relatório de atividades da Relatora/Ciência e plano de atividades para a 3.^a Sessão Legislativa

- **Análise e votação**

19. Plano de atividades e orçamento da Comissão de Educação, Ciência e Cultura para a 3.^a Sessão Legislativa

- **Análise e votação**

20. Outros assuntos

21. Data da próxima reunião

Dia 23.julho.2013 - 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) solicitou a antecipação do ponto 7 da Ordem do Dia (OD), o que foi aceite por todos os presentes, passando o mesmo a ponto 5.

A Sra. deputada Elza Pais (PS) solicitou o adiamento do ponto 18 da OD para a próxima reunião da Comissão, o que foi aceite.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) solicitou a antecipação da discussão do ponto 6 da OD, proposta esta que mereceu acolhimento, passando a ponto 6.

Com estas alterações, a proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presente do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de ata

As atas n.ºs 139 e 140, relativas às reuniões de 9 e 10 de julho de 2013, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presente do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

3.1. O Sr. Presidente da Comissão informou que, na sequência da apresentação de um requerimento potestativo pelo Grupo Parlamentar do PS, foi contactado o Gabinete do Sr. Ministro da Educação e Ciência, que propôs o dia 19 de julho (sexta-feira), às 10h00, para a realização da audição. Esta proposta foi aceite por todos os Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV, sendo que será utilizada a respetiva grelha de 126 minutos.

3.2. O Sr. Presidente transmitiu que o Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens solicitou a clarificação do tema do Ensino Secundário para a próxima edição do programa, aprovado na anterior reunião da Comissão, sugerindo que passe a: Crise demográfica (emigração, natalidade, envelhecimento). Esta proposta foi aceite por todos os Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3.3. O Sr. Presidente transmitiu que a Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública recebeu um pedido de reunião da Católica Lisbon School of Business and Economics, para apresentação de um projetor inovador de formação e educação de adultos, que remeteu à 8.ª Comissão, no sentido de indagar do interesse do agendamento de uma reunião conjunta.

Foi deliberado aceitar a proposta de uma audiência conjunta, de acordo com o sistema do Deputado-piloto, cabendo ao PSD a indicação do Deputado.

3.4. O Sr. Presidente lembrou ainda que se encontra agendada, para o dia 23 de julho, às 11h00, a audição do candidato a Presidente do Conselho Nacional de Educação e, para o mesmo dia, a partir das 14h00 ou das 15h00, a audição dos representantes dos Grupos Parlamentares (GP) candidatos a membros daquele órgão. As audições deverão ter uma duração de cerca de 30 minutos.

3.5. Foi ainda apreciado o relatório da visita ao Parque de Ciência da Universidade do Porto (UPTEC), não se tendo registado quaisquer observações sobre o mesmo.

4. Petição n.º 275/XII/2.^a da iniciativa de Bruno Reis, “Pela justiça, pela legalidade e transparência na contratação dos professores”

Estiveram presentes, em representação dos peticionários, os Srs. Bruno Dinis Carvalho dos Reis e Luís Sottomayor Braga.

Os peticionários apresentaram as razões que motivaram a apresentação da Petição e que em síntese se apresentam:

- A contratação de docentes a nível de escola ou agrupamento é um processo altamente burocrático e consumidor de tempo e recursos;
- Os processos de contratação a nível de escola permitem situações de falta de transparência, de justiça e de legalidade, lesando muitos professores e dando, assim, origem à apresentação de milhares de reclamações e recursos;
- As irregularidades que se têm verificado na seleção dos candidatos sugerem que os diretores confundem a autonomia e os poderes que lhe são confiados com uma gestão de bem público a seu belo prazer;
- Este processo permite a seleção de candidatos com zero dias de tempo de serviço em detrimento de outros com experiência profissional e graduação superior;
- Os critérios de seleção dos docentes são violadores dos direitos à igualdade e de outros direitos constitucionais;
- Assim, propõem: a abolição da contratação a nível de escola, passando todo o recrutamento de docentes a ser feito pelo concurso nacional de docentes; a extensão do período de vigência das colocações por bolsa de recrutamento até ao final de cada ano letivo, conjuntamente com a introdução de vários momentos de possibilidade de alteração das preferências dos candidatos; extinção das renovações de contrato a termo dos docentes.

A Sra. Deputada Odete João (PS) considerou que todos os modelos são passíveis de serem criticados, entendendo que mais tempo de serviço e graduação não correspondem, forçosamente, a um melhor desempenho. Referiu ainda que os casos de incumprimento das regras, por parte dos diretores, devem ser denunciados, lembrando que o Conselho Geral das escolas deve fiscalizar as situações de ilegalidade. Por último, perguntou se consideram que a seleção baseada na graduação profissional garante a escolha dos melhores professores.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que os casos relatados ultrapassam qualquer leitura que possa ser feita da legislação em vigor e lembrou que foram recentemente reforçados os critérios objetivos para a seleção de professores, com o objetivo de impedir eventuais abusos, tendo-se registado, nalguns casos, a intervenção da Inspeção-Geral. Afirmou, por fim, que não acompanha os peticionários na abolição da contratação a nível de escola, defendendo antes a sua responsabilização, através da fiscalização do Conselho Geral e do reforço da fiscalização disciplinar de quem age contra a lei.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) disse registar as preocupações apresentadas, que correspondem a apelos que o PCP tem vindo a fazer, considerando que a contratação através de oferta de escola deve ser relegada para o espaço da complementaridade. Defendeu a seleção por concurso nacional, através de lista graduada, por entender que corresponde à única forma de garantir justiça e transparência. Referiu que a colocação através de oferta de escola não corresponde a um mecanismo de autonomia das escolas, permitindo antes ampliar o poder dos dirigentes escolares e constituir escolas hierarquizadas por categorias.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) referiu-se à situação dramática que vivem muitos professores confrontados com esta injustiça, defendendo que se recorra ao concurso nacional e se extinga a forma de seleção de professores por oferta de escola, por considerar que permite irregularidades e não garante um sistema de justiça mínimo.

O Sr. Deputado Isidro Araújo (PSD) afirmou que a legislação deve ser cumprida e devem ser sempre denunciadas as situações em que se verifiquem abusos, não podendo existir arbitrariedades na aplicação da lei. Disse ainda estranhar a forma de apresentação da Petição, com juízos de valor sobre o comportamento dos diretores das escolas, entendendo que não corresponde ao texto da Petição.

Os peticionários afirmaram que a legislação não é passível de ser cumprida, pela forma como está escrita, e defenderam que a autonomia é uma ideia falsa e impraticável, cujos resultados têm sido muito negativos. Defenderam ainda a graduação como uma solução ponderada e séria que, embora não seja perfeita, tem a virtude de ser transparente e justa.

A documentação da audição, incluindo as intervenções dos peticionários e a gravação áudio, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

5. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição da Secretária de Estado da Ciência, sobre a redução do financiamento à Fundação para a Ciência e Tecnologia.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) apresentou o requerimento, chamando a atenção para a necessidade de se obterem esclarecimentos do Governo em relação aos seus propósito na área da ciência, tendo em conta os cortes não anunciados, na ordem dos 50%, o alargamento dos prazos dos concurso e a indefinição em relação às condições dos investigadores.

A Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD) considerou que não se justifica a audição do Governo, por entender que existe sustentabilidade do sistema científico, pese embora o orçamento da FCT tenha registado uma diminuição, por força dos constrangimentos orçamentais do nosso país. Afirmou que a taxa de execução da FCT tem vindo a crescer, e que tem existido captura de fundos, aumento de doutorados em meio empresarial e reforço no sentido das parcerias internacionais.

A Sra. Deputada Odete João (PS) saudou a iniciativa do BE, por entender que a redução do orçamento em investigação e desenvolvimento ameaça a continuidade do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nos últimos anos.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) disse acompanhar o requerimento do BE, considerando que as garantias dadas pela Sra. Secretária de Estado da Ciência, de que não existiria qualquer tipo de percalços decorrentes da redução do financiamento, não estão a ser concretizadas.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) considerou que a audição da Sra. Secretária de Estado da Ciência, realizada na Comissão, parece ter sido inútil, por não ter sido compreendida, chamando a atenção para o facto de a execução de 2012 ter superado a de 2011, sendo de esperar o mesmo para 2013.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) sublinhou que os bolseiros foram informados, pela direção da FCT, da redução do valor das bolsas e reafirmou ainda a sua apreensão em relação aos atrasos nos pagamentos, entendendo que o colapso é uma realidade.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos favoráveis do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

6. Projeto de Resolução n.º 751/XII/2.^a (BE) Recomenda ao Governo que garanta as necessidades permanentes de professores nos estabelecimentos públicos de ensino artístico especializado da música e da dança.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) apresentou o Projeto de Resolução, tendo intervindo no debate os Srs. Deputados Miguel Tiago (PCP), Inês Teotónio Pereira (CDS-PP), Inês de Medeiros (PS) e Isilda Aguincha (PSD). A síntese do debate consta da Informação, que se encontra disponível no processo do [Projeto de Resolução n.º 751/XII](#).

7. Petição n.º 259/XII/2.ª da iniciativa de Ivo Miguel Barroso Pêgo e Madalena Filipa Cerqueira Afonso Homem Cardoso “Pela desvinculação de Portugal ao “Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa” de 1990

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) apresentou o relatório.

Após a intervenção da Sra. Deputada Odete João (PS), que sugeriu a inclusão da data das citações que constam do relatório, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

8. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, para a audição do Reitor da Universidade dos Açores, no âmbito da situação de colapso da instituição.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) apresentou o requerimento, chamando a atenção para a grave situação financeira da Universidade dos Açores, que regista atrasos no pagamento de salários, de despesas de funcionamento e de contribuições para a Segurança Social.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) afirmou que viabilizará a audição, pese embora estranhe que não seja o Reitor da Universidade a dirigir o pedido de audiência, uma vez que a Comissão nunca rejeitou este tipo de pedidos.

O Sr. Deputado Carlos Enes (PS) afirmou que a Universidade dos Açores constitui uma preocupação para o PS, que questionou já o Ministério da Educação e Ciência sobre esta questão, sem que tenha obtido qualquer resposta. Disse concordar com a realização da audição e fez referência às despesas acrescidas daquela instituição, por força da sua insularidade.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) esclareceu que o Reitor da Universidade dos Açores não dirigiu qualquer pedido ao BE, para servir de intermediário, resultando o requerimento da avaliação que o BE fez da situação em concreto.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

9. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, para discussão na Comissão da Apreciação Parlamentar n.º 45 /XII/2.ª (PS).

A deputada Odete João (PS) apresentou o requerimento, referindo que a apreciação parlamentar foi solicitada no início do ano e ainda não foi agendada para discussão no Plenário, pelo que, havendo urgência em que a mesma ocorra até ao final de julho, solicitam a sua discussão na Comissão.

De seguida, o deputado Michael Seufert (CDS-PP) defendeu que está em causa um Decreto-Lei que altera a Lei Orgânica do Ministério da Educação e Ciência, entendendo que se insere na exclusiva competência legislativa do Governo, pelo que não pode ser objeto de apreciação parlamentar.

O deputado Miguel Tiago (PCP) referiu que o PCP também tinha dúvidas sobre se o Decreto-Lei em causa podia ser objeto de apreciação parlamentar.

O deputado Amadeu Albergaria (PSD) propôs que se suscitasse a questão junto da PAR.

Nesta sequência, o Presidente da Comissão informou que ia suscitar a questão junto da PAR, solicitando-lhe a reapreciação da admissão da apreciação parlamentar até ao final da semana e concluiu que, para além disso, não haveria objeções à discussão da apreciação parlamentar na Comissão.

10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para discussão na Comissão da Apreciação Parlamentar n.º 55/XII/2.ª (PCP).

O deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o requerimento para a apreciação parlamentar ser discutida na Comissão, justificando-o com o facto de a mesma já não poder ser agendada para o Plenário e ser urgente.

Tendo havido consenso dos vários GP, o Presidente informou que ia ver com o Ministro da Educação e Ciência se pretendia exercer o seu direito de estar presente na discussão e equacionou a hipótese de a mesma ser feita no dia 19, a seguir à audição na sequência do requerimento potestativo do PCP. Referiu ainda que seria utilizada a mesma grelha e tramitação adotada no Plenário.

11. Relatório de atividades do GT/Acordo Ortográfico

O relatório foi apresentado pelo coordenador do Grupo de Trabalho, deputado Carlos Enes (PS), que fez o desenvolvimento das atividades desenvolvidas, dos antecedentes do Acordo Ortográfico, das divergências em relação ao mesmo (com as críticas e os argumentos favoráveis), da sua aplicação (com a posição do Ministério da Educação e Ciência, dos editores e de jornais) e elencou e justificou as considerações finais.

O deputado Miguel Tiago (PCP) indicou que não votará favoravelmente o relatório, porque entende que se devia deixar em aberto a hipótese de revogação do Acordo Ortográfico, pelo que se absterá. Referiu ainda, que as considerações finais pressupõem a aceitação do Acordo Ortográfico, entendendo que o relatório deveria ser apenas factual, sem considerações finais.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) solicitou o adiamento deste ponto para a reunião da semana seguinte.

O Presidente da Comissão indicou que aquele ponto era adiado, estando feita a apresentação e continuando-se a discussão na reunião da semana seguinte.

O coordenador do GT, deputado Carlos Enes, indicou que o GT é de acompanhamento da aplicação do Acordo Ortográfico e justificou as várias alíneas das considerações finais.

O Presidente da Comissão realçou que o GT não toma iniciativas políticas, tendo coligido contributos, identificado e recolhido posições e com base nos mesmos os GP poderão tomar as iniciativas que entenderem.

Na sequência do debate, a deputada Odete João (PS) referiu que tinha sido recebido na Comissão uma comunicação via *email* do Dr. Ivo Barroso sobre o funcionamento do GT, colocando suspeições em relação ao mesmo, tendo proposto que o Presidente da Comissão responda, em nome desta.

O Presidente da Comissão pediu a identificação da comunicação e informou que a lerá com atenção, para ponderar o procedimento a adotar.

A deputada Odete João (PS) acrescentou que se trata de uma comunicação de 15/7 e reiterou que lança suspeição sobre o Grupo de Trabalho.

12. Plano de atividades do GT/Currículos dos Ensinos Básico e Secundário para a 3.^a Sessão Legislativa

O Plano de Atividades para a 3.^a Sessão, que tinha sido aprovado pelo respetivo Grupo de Trabalho, foi apresentado pela coordenadora do mesmo, deputada Maria José Castelo Branco (PSD), tendo depois sido aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

13. Relatório de atividades do GT/Desporto e plano de atividades para a 3.^a Sessão Legislativa

O Sr. Deputado Paulo Cavaleiro (PSD) apresentou o Relatório de Atividades.

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) cumprimentou o coordenador do GT pela forma como conduziu os trabalhos e saudou os serviços que acompanharam os trabalhos ao longo da Sessão.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) cumprimentou o coordenador do GT e disse lamentar não ter tido possibilidade de acompanhar todos os trabalhos, que considerou preciosos para a atividade dos Deputados.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) saudou o coordenador do GT, pela dinâmica que imprimiu ao GT.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) cumprimentou também o coordenador do GT pelo trabalho que desenvolveu ao longo da Sessão.

O Relatório de Atividades foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

14. Relatório de atividades do GT/Educação Especial e plano de atividades para a 3.^a Sessão Legislativa

A Sra. Deputada Margarida Almeida (PSD) apresentou o Relatório de Atividades.

O Sr. Deputado Jacinto Serrão (PS) cumprimentou a coordenadora do GT pelo trabalho que desenvolveu e afirmou que as matérias abordadas pelo GT são muito sensíveis e carecem de uma grande maturação.

O Sr. Presidente da Comissão felicitou o Grupo de Trabalho pelo magnífico trabalho que desenvolve e manifestou o seu reconhecimento pelo facto de o GT acompanhar tão intensamente e de uma forma tão profícua esta temática, que exige particular demonstração de solicitude e solidariedade.

O Relatório de Atividades foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

15. Relatório de atividades do GT/Parlamento dos Jovens e plano de atividades para a 3.ª Sessão Legislativa

A Sra. Deputada Isilda Aguincha (PSD) apresentou o Relatório de Atividades, tendo, de seguida, agradecido a colaboração e o apoio da Equipa Parlamento dos Jovens e dos Serviços da Comissão.

O Relatório de Atividades foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

16. Proposta de Protocolo de Cooperação da Assembleia da República com as entidades parceiras no programa Parlamento dos Jovens

Foi apreciada a proposta de Protocolo de Cooperação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

O Sr. Presidente informou que o Protocolo seria remetido à Senhora Presidente da Assembleia da República, que estabelecerá os termos em que o mesmo deverá ser celebrado.

17. Relatório de atividades do Relator/Avaliação Tecnológica Parlamentar e plano de atividades para a 3.ª Sessão Legislativa

O Sr. Deputado Acácio Pinto (PS) solicitou o adiamento deste ponto para a reunião seguinte da Comissão.

18. Relatório de atividades da Relatora/Ciência e plano de atividades para a 3.ª Sessão Legislativa

Adiado.

19. Plano de atividades e orçamento da Comissão de Educação, Ciência e Cultura para a 3.ª Sessão Legislativa

O Presidente da Comissão informou que o Plano de Atividades inclui todas as propostas dos Planos dos Grupos de Trabalho e Relatores Temáticos. Questionou, depois, o deputado Duarte Marques (PSD), que tinha mandatado para preparar uma Conferência de Juventude, se entende que se mantém o interesse e a oportunidade em a realizar e face à resposta afirmativa, reiterou que a mesma será mantida no Plano de Atividades, devendo o senhor deputado apresentar uma proposta para a sua concretização, que será apreciada na Comissão. Por último, indicou que o orçamento para 2014 tem uma redução de 3% em relação ao do ano em curso.

O Plano de Atividades e o orçamento da Comissão foram aprovados por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

20. Outros assuntos

21. Data da próxima reunião

Dia 23.julho.2013 - 15h00

A reunião foi encerrada às 18h20 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 16 de julho 2013

O PRESIDENTE

(Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Carlos Enes
Duarte Marques
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Pimpão
Rui Pedro Duarte

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Sofia Bettencourt
Heloísa Apolónia
Rui Jorge Santos

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Pedro Delgado Alves